

**PARECER CONJUNTO PARA DISCUSSÃO  
ÚNICA DO PROJETO DE LEI N.º 76/98**

**I - RELATÓRIO**

Apresentado pelo Prefeito, o Projeto de Lei n.º 76/98 dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, no montante de R\$ 124.000,00.

**II - FUNDAMENTAÇÃO**

**1 - Do Projeto de Lei n.º 76/98**

O presente projeto de lei almeja autorização legislativa para proceder a abertura de crédito suplementar, no montante de R\$ 124.000,00, com o objetivo de reforçar o saldo de dotações destinadas ao pagamento de pessoal.

A redação do mesmo encontra-se adequada aos princípios norteadores da técnica legislativa.

**2 - Dos Créditos Suplementares**

As autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei do Orçamento constituem-se créditos adicionais (Art. 40, da Lei Federal n.º 4.320/64 ).

Os créditos que visam suplementar as dotações do Orçamento são os ditos suplementares, que são uma espécie de crédito adicional. Quando os créditos orçamentários forem ou se tornarem insuficientes, é previsto na legislação a autorização de créditos suplementares (Art. 42, da Lei n.º 4.320).

Para que se proceda a abertura de tais créditos, é imprescindível a existência de recursos disponíveis, sendo perfeitamente possível e viável que estes recursos sejam provenientes de anulação parcial ou total de dotação orçamentária, como dispõe o art. 2º do projeto em exame.

É necessária a prévia autorização legislativa, uma vez que a Constituição da República, no seu art. 167, inciso V, veda a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

**Comissão de Legislação, Justiça e Redação e  
Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas**



Como se vê, o projeto em análise encontra-se adequado aos requisitos legais, porque contém a prévia autorização legislativa, indica os recursos correspondentes e está acompanhado de justificativa.

**III - CONCLUSÃO**

Tendo em conta o exposto, estas Comissões opinam pela legalidade, constitucionalidade e aprovação e do Projeto de Lei n.º 76/98.

Sala das Reuniões, 3 de setembro de 1998.

*Sebastião Miranda de Resende*  
Sebastião Miranda de Resende  
Presidente da CFOTC e Relator

*Anídon S. da Silva*  
Anídon Gabriel da Silva  
Membro da CFOTC

*Cleto Gomes Corrêa*  
Cleto Gomes Corrêa  
Presidente da CLJR

*Mariosan Rodrigues da Silva*  
Mariosan Rodrigues da Silva  
Membro da CFOTC

*Antônio Mantovanelli*  
Antônio Mantovanelli  
Membro da CLJR

*Clodoaldo José Borges*  
Clodoaldo José Borges  
Membro da CLJR